

Do “politicamente correto” ao incorretamente polido* *From the “politically correct” to the incorrectly polite*

Maria Helena de Moura Neves
(Universidade Presbiteriana Mackenzie - UPM;
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - UNESP
Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq)

RESUMO

O texto defende que a ligação da análise da linguagem com a apreciação do contexto das posturas sociais do momento é algo absolutamente legítimo, observando, entretanto, que, em diversas situações, esse tipo de atitude investigativo-apreciativa vem sendo transformada em ações e reações que se banalizam no lugar-comum ou que, até, se desfiguram na insensatez. Distorções de avaliação do discurso do “outro” têm sido constantes, e disso é uma amostra gritante a caça que vem sendo feita, ao sabor de paixões irrefletidas, ao que se convencionou chamar de “politicamente incorreto” em linguagem. Na apresentação se avalia uma série de casos dessa natureza em confronto com casos em que, inversamente, a forma de uso se oferece como marcadamente polida, mas a incorreção de conduta é ainda mais evidente. O objetivo é avaliar um e outro caso por via do papel da intersubjetividade na condução do discurso, no sentido de verificar a contraparte conceptual da questão, especialmente as evidências, no enunciado, do engajamento conceptual dos envolvidos na enunciação.

Palavras-chave: *enunciação, intersubjetividade, polidez, politicamente incorreto.*

*. Conferência pronunciada no encerramento do VIII Congresso Internacional da ABRA-LIN. Natal – RN, 2 de fevereiro de 2013. Não publicado.

ABSTRACT

The text argues that a linguistic analysis paired with the appreciation of the context of current social stands is highly legitimate, observing, however, that, in different situations, this so-called investigative-appreciative attitude has been transformed in actions and reactions that might become vulgarized in common place, or might even become disfigured in stupidity. The distortions in the assessment of the discourse of “the other” are now a widespread, the hunt for what is now conventionalized as the “politically incorrect” in language is just a sample of such a distortion. In this presentation, a number of cases of such a nature is analyzed against cases in which, inversely, the use of language is markedly polite, but the deviation of conduct is made more evident. The objective is to evaluate both cases via the role of intersubjectivity in the construal of discourse, aiming at verifying its conceptual counterpart, with special attention to evidence on the mutual conceptual engagement between interlocutors.

Key-words: *enunciation, intersubjectivity, politness, politically correct.*

Correspondendo ao meu duplo título, trago uma dupla epígrafe:

Aí, em beira da estrada-real, parava o acampo dos ciganos. [...] No burloló, esses ciganos, em tretas, tramoias, zarandalhas; cigano é sempre descarado. No entendimento do vulgo: pois, esses, propunham cangancha, de barganhar todos os cavalos. (PE)¹

Historinha. Carlos Lacerda discursava na Câmara Federal quando foi aparteado pelo deputado Ari Pitombo que disse: “O discurso de vossa excelência é um purgante”. Ao que Lacerda retrucou: — E vossa excelência é o efeito. (DIN)

1. Todas as citações de trechos da literatura brasileira que se fazem neste texto são extraídas do banco de dados de mais de duzentos milhões de ocorrências que está disponível em meio digital no Laboratório de Lexicografia da Faculdade de Ciências e Letras da UNESP, Câmpus de Araraquara. Esse banco de dados é a fonte dos dicionários que nessa instituição são elaborados por uma equipe coordenada por Francisco da Silva Borba, à qual pertence a autora deste artigo, e é também a fonte das gramáticas de referência produzidas pela autora. Ao final do texto estão relacionadas as “Obras examinadas” que forneceram trechos para análise, com entrada pela sigla que as identifica nesse córpus constituído (Córpus de Araraquara). Por tratar-se de registro digital, não consta a numeração das páginas em que se encontram os excertos transcritos.

Introdução

Na nossa primeira epígrafe, podemos perguntar, quanto às referências que Guimarães Rosa faz aos ciganos, na sua narrativa: Esse escritor é politicamente incorreto?

Na nossa segunda epígrafe, podemos perguntar, quanto aos **Vossos Excelências** que Ari Pitombo e Carlos Lacerda distribuem dentro da Câmara Federal: Esses políticos são corretamente polidos?

Meu tema liga, pois, uso (ou criação) linguística com (in)correção política (que é o linguístico de viés social), e, na contraparte, liga polidez (adequação social da forma linguística) com (in)correção enunciativa (que é o político / o polido de viés linguístico). Falo de usos linguísticos respondendo às condições de uso, ou seja, respondendo às funções que se cumprem num determinado evento de enunciação, consideradas todas as coordenadas da produção dos enunciados, e avaliados os efeitos sociopolíticos que porventura decorram das escolhas enunciativas.

Ora, vejamos. Defender a ligação da análise da linguagem com a apreciação do contexto das posturas sociais do momento é algo absolutamente legítimo, o que, entretanto, em diversas situações, tem transformado esse tipo de atitude investigativo-apreciativa em ações e reações que se banalizam no lugar-comum, ou que até se desfiguram na insensatez. Distorções de avaliação têm sido constantes, e disso é amostra gritante o conjunto de celeumas que se têm produzido na sociedade brasileira, na direção de um repúdio (feito ao sabor das paixões) àquilo que se considera, aqui e ali, como “politicamente incorreto”.

1. A ligação entre a (in)correção política e a polidez (in)correta

Falo em continuação a um artigo meu que acaba de ser publicado (Neves 2012), o qual nasceu de reflexões sugeridas pela recente polêmica que se acendeu na área jurídica – com grande repercussão na imprensa – envolvendo os ciganos: trata-se de um pedido que foi feito em 2012 pelo Ministério Público Federal de Uberlândia para que

fossem retirados de circulação exemplares do dicionário *Houaiss*, sob alegação de que a obra contém “referências preconceituosas” e “racistas” contra ciganos. Registra o documento que, entre os significados para a palavra **cigano**, consta no *Houaiss*, como “uso pejorativo” do termo, o seguinte: “que ou aquele que trapaceia; velhaco, burlador” e “que é apegado ao dinheiro; agiota, sovina”².

Esse fato gerou polêmica na sociedade, especialmente quanto à imputação, a essas formulações, da pecha de ato preconceituoso (portanto, na legislação atual, criminoso), por via do chamado “politicamente correto”, que hoje em dia governa – nem sempre equilibradamente – as avaliações do uso linguístico.

No artigo eu defendo que a questão em foco, especificamente ligada à visão popular da figura do “cigano”, só pode ser apreciada com o respaldo do conhecimento de toda a tradição cultural pela qual se foi construindo um imaginário perturbador para a figura do cigano (impossível de apagar, esquecer ou obscurecer), um imaginário que, visitadas as fontes, assim eu configurei, resumidamente:

- imaginário de poesia e de arte, pela absoluta fuga da realidade do comum das coisas: assim como se vê no poema “No último convés”, em que J.G. de Araújo Jorge, falando de ciganos, fala de uma “alma de poeta” e de um “coração de louco”, que “improvisa nas praias poemas e rumores” (JGA);
- imaginário de encanto e de mistério, pelo nomadismo que se resolve no constante pouso incerto: assim como se vê em *A borboleta amarela*, de Rubem Braga, que diz que “o cronista de jornal é como o **cigano** que toda a noite arma sua tenda e pela manhã a desmancha, e vai”. (B);
- imaginário de muita esperteza, ainda em aura de encanto e mistério: assim como se vê no *ABC de Castro Alves*, de Jorge Amado, que fala dos Medrados, os quais, depois de uma “guerra” entre famílias, no sertão, “nunca mais voltaram a ser fazendeiros de pouso certo. (...) Se transformaram em **ciganos**

2. Não vou comentar as impropriedades puramente lexicográficas de fato existentes nesse verbete do *Houaiss* (2001), porque tal questão foge ao objetivo das reflexões que aqui empreendo.

e, em cavalos ricamente ajaezados, estribos e selas de prata, correm as povoações do sertão da Bahia negociando com muita esperteza.” (ABC);-

- imaginário, ainda de muito mistério, de dissimulação e de treta, exatamente pela soma de todo esse comportamento aventureiro: assim como se vê em *Os desvalidos*, de Francisco Dantas, que, a propósito de um episódio relativo a negócio com cavalos, fala de “uma nação de gente vilã, que em vez de fazer negócio liquidado, pegava a trapacear que nem **cigano**”. (OSD).

Por aí, no artigo que cito, entrei na questão a que volto agora.

São diversas as variáveis que, dentro da própria ciência linguística, podem considerar-se implicadas nesses fatos de linguagem de cunho linguístico-social, ou, mais fortemente, da esfera do “linguisticamente polido”.

Na base, proponho – como explicitarei na próxima seção – que a categoria (conceptual) básica de avaliação seja a intersubjetividade, categoria a partir da qual as diversas marcas linguísticas de composição dos enunciados podem ser resgatadas para ter sua função discursiva interpretada.

Como exemplo de marcas especialmente reveladoras dessas tensões, invoco apenas três que considero determinantemente implicadas:

1^a) O uso de palavras lexicais categorizadoras (ou seja, substantivos de função rotuladora e adjetivos de função avaliadora).

Veja-se um exemplo do tipo da nossa primeira epígrafe³:

De repente, após muita *barganha aladroadada*, *falcatruas vergonhosas e inúmeras dividas contraídas a torto e a direito*, desapareceu o *desbriado* **cigano** – e para todo sempre. (ENT)

3. Em todos os trechos citados, os destaques em negrito e em itálico são meus.

2ª) As marcas linguísticas de inserção dos enunciatários no enunciado (especificamente as formas pronominais de 2ª pessoa, e, mais especificamente ainda, as formas de tratamento).

Vejam-se dois exemplos do tipo da nossa segunda epígrafe:

Ao explicar o reajuste salarial proposto para os funcionários que recebem gratificação, o ministro [Bresser Pereira] afirmou que “o aumento é apenas aparente”. Bolsonaro reagiu: “**Vossa excelência** *tem uma tremenda cara de pau*”. (FSP 1995)

Fernandes disse que a crítica era injusta porque Garibaldi Filho se licenciou “sem remuneração”. Fátima ouviu o aparte e replicou, séria: “Deputado, **vossa excelência** mais uma vez *perdeu a oportunidade de ficar calado*”. (FSP 1996)

Vê-se que o tratamento cerimonioso (uma distinção extrema: tratamento de “excelência”) é apenas praxe, é apenas forma de superfície, porque a polidez (e a própria formalidade da mensagem) são, a seguir, placidamente descartadas.

3º) As marcas de modalização, seja a deôntica seja a epistêmica, que instiguem uma atitude participativa, ou não, receptiva, ou não, agregadora, ou não, de parte do parceiro da enunciação:

- Participativas / receptivas / agregadoras, como em

Quem sabe você *poderia* dar uma noticiuzinha no seu jornal, hein?
(LC)

Queria que você me pagasse um martíni, *pode ser?* (LC)

- Não participativas / não receptivas / não agregadoras, como em

— Que surpresa maravilhosa, Emilio! Você me ligando depois de tanto tempo... Está em alguma cadeia? — Ela riu.

— *Se não me engano*, o tempo que você ficou sem me ligar é exatamente o mesmo, meu anjo. Não estou preso”. (ACM)

Esse tipo de exame – o das marcas de modalização a serviço de tais tensões – é objeto de outros estudos que desenvolvo, também em

ligação com forte contraparte de intersubjetividade. No momento, cabe apenas indicar que, tanto no estudo dos verbos modais como no de outros expedientes de modalização do enunciado, ficam implicados os diversos componentes envolvidos nos processos básicos de constituição do enunciado. O centro está na predicação, com a correlata ativação da estrutura argumental (o complexo de tempo, aspecto e modo⁴ a interagir com a natureza dos sintagmas nominais argumentais), mas está também, na própria geração do enunciado, na natureza enunciativa (os atos de fala) do complexo predicacional ativado⁵. Essa natureza é função da inserção pragmática do enunciado, de tal modo que a força enunciativa chega a sobrepor-se à aparente organização enunciativa – para usar os termos vulgarizados por Fiorin (1996), a ponto de declarações poderem ter, naturalmente, uma força interrogativa ou injuntiva, e vice-versa.

E é a força enunciativa que se releva nas considerações que neste estudo se farão, dentro do tema proposto. Tal como até aqui encaminhado, entretanto, essa força evidentemente sociopragmática só se explica na inter-relação cognitiva que subjaz a interação. Ou seja, na base da produção discursiva estão mentes em coparticipação; afinal, em coprodução.

2. A base cognitiva das emissões e da produção dos efeitos

Se partirmos de uma proposição básica e natural da ligação existente entre produção de discurso e cognição, temos de entrar pela noção de que, para todos os tipos de propósitos, a comunicação envolve uma coordenação do conteúdo de mentes distintas. Isso significa que é componente básico das práticas humanas, em qualquer discurso, um sujeito coordenar-se cognitivamente com os outros sujeitos envolvidos na interlocução, como diz Verhagen (2005). Pode-se, ainda, lembrar

4. Trata-se do o complexo TAM, insistentemente sugerido em Givón (1984).

5. Em Carrascossi (2011), examinam-se construções ligadas a *pode ser* (*pode ser / pode ser?*) mostrando que os diferentes valores implicados (em particular a polidez) mostraram-se como função da interação entre o modal e outros elementos linguísticos (relativos à animacidade dos sintagmas nominais, ao aspecto, ao tempo e ao modo verbal, às operações adverbiais, etc.) e como função das relações intersubjetivas, sempre visíveis em construções marcadamente modalizadas.

Langacker (1987), com aquelas suas imagens focais ativadas e aqueles ajustes promovidos na relação entre um falante (ou ouvinte) e a situação que ele conceptualiza ou concebe: pode-se dizer, então, que os enunciatários (sujeitos de uma conceptualização) engajam-se em coordenação cognitiva por meio de um enunciado, com relação a algum objeto da conceptualização. E, aí, facilmente se concorda com Verhagen (2005), que assim explica a questão: (i) de um lado, um primeiro conceptualizador sempre convida o segundo a observarem juntos um objeto de conceptualização, de alguma forma específica, atualizando um “fundo comum”⁶ (o *common ground*, de Fairclough 2003: 55): o conjunto do evento comunicativo, seus participantes e suas circunstâncias imediatas); e (ii) de outro lado, um segundo conceptualizador (ouvinte ou leitor) se engaja em coordenação cognitiva com um outro sujeito de conceptualização (o primeiro conceptualizador), com relação a algum objeto da conceptualização⁷. Não à-toa, a ideia central é a de que a comunicação reflete os processos fundamentais de regulação e avaliação do comportamento de uns pelos outros (Owings; Morton 1998, apud Verhagen 2005).

E é por via dessa menção a uma “avaliação do comportamento dos outros”, a marcar as decisões de construção linguística que vou de volta às duas epígrafes deste trabalho e aos comportamentos político-linguísticos que elas representam.

6. O fundo comum de qualquer evento de uso linguístico (informações providas do texto ou de fora dele) compreende dois conceptualizadores: o primeiro desempenha o papel de ser responsável pelo enunciado; o segundo, o papel de interpretá-lo de uma forma particular. Em um dicionário, o que o dicionarista traz já é uma “interpretação” que ele terá extraído, como 2º conceptualizador – portanto como o interpretante –, na sua vivência ou nas suas leituras. E aí, sim, estará impolido um “fundo” de eventos de uso linguístico no qual determinados enunciados – ou determinados termos – tenham ocorrido. (Verhagen 2005)

7. É desnecessário o alerta para o fato de que, na comunicação, muito dificilmente um objeto é conceptualizado da mesma forma pelos envolvidos, já que o uso da linguagem é, na essência, muito mais do que transmissão de informação.

2.1. Rotulação e avaliação linguísticas na configuração da intersubjetividade. O politicamente (in)correto.

Pensemos em três diferentes situações de enunciação (e três diferentes situações de engajamento intersubjetivo), em diferentes gêneros.

1º) Vamos nos imaginar lendo Guimarães Rosa, exatamente aquele que, a respeito dos ciganos, fala de “burloló”, de “tretas”, de “tramoias” e de “zarandalhas” (ver epígrafe), e de muito mais do que isso, dizendo, por exemplo, em referência aos ciganos (como mostrou meu artigo citado):

Que beleza de gente p’ra ser esperta! (SA)

O leitor de um romance Guimarães Rosa naturalmente já entra na leitura coordenando-se cognitivamente com esse autor, e, portanto, a leitura se move e se sustenta pela avaliação que ele faz desse homem das Gerais: o autor é um respeitável vivente e mestre no narrar, que – todos sabem – legitimamente traz, no conteúdo de sua fala, o conteúdo da mente de toda uma região, de uma vivência, de uma cultura. Assim, tudo o que ele disser sobre os ciganos passa para a posse do leitor construindo um imaginário que não se questiona, não se discute, não se avalia, apenas se toma como parâmetro de concepção de imagens legítimas que ao leitor é dado rastrear e fruir. Como eu já disse e agora repito, o imaginário que a vivência – inclusive a vivência em leitura – desperta é algo que está ali para ficar: “não há volta, porque o imaginário é algo que, por natureza, se recria continuamente como uma verdade que é de tudo e de todos...” (Neves 2012: 201). E a pergunta é esta: Onde encontrar alguma visão preconceituosa nessa criação que é legitimamente colhida de sinais, de comportamentos, de intercursos legitimados em andanças e em vivências compartilhadas, os quais, na leitura, também nos é dado compartilhar? Ora, é justamente por aí que, no decurso de nossa vida, “verdades” (de ficção que sejam) de todos os tempos nos são dadas em conteúdos que penetram as nossas mentes por via de nossa atividade de comungar conteúdo numa leitura, como em qualquer interlocução.

Por outra via de acesso poderíamos chegar aos mesmos resultados de aceitação pacífica de uma construção como a epígrafe 1 (marcada de intersubjetividade), de um imaginário negativo que seja, pois de positivos e negativos se faz a vida humana, que, todos sabemos, está longe de ser cor-de-rosa. Por exemplo, andemos agora pela palavra de Ariano Suassuna⁸, de concepções marcadas pela temática do sebastianismo, por onde nasce a motivação desta referência (também altamente – e negativamente – rotuladora) que ele faz à imagem dos ciganos:

Samuel ficara indignado com as *artimanhas fraudulentas* do vendedor de cavalos. Mas disse logo, a modo de vingança e consolo, que outra coisa não se poderia esperar dos **ciganos**, “povo *mouro, plebeu, cartaginês e cafre*”, e não “*cruzado, branco e católico*”. (PR)

Ou andemos pela palavra de Ledo Ivo, homem daquela terra de “corpos queimados pelos sóis sucessivos”, o qual, na passagem de *Ninho de cobras* que vem a seguir, nem traz os ciganos como personagens⁹, coloca-os apenas como peças integrantes do cenário seco e de pobreza das Alagoas:

Ela, o pai, a mãe e mais dois irmãos iam numa viajada lenta e contínua, de criaturas habituadas ao mato, como as *cobras e preás*. Nas léguas vencidas, a manhã se fazia tarde, e as *corujas* vinham mais uma vez fundar o seu império nas estacas desoladas da noite. Dormiam à beira dos caminhos, junto aos *xiquexiques* e *mandacarus* e, sem tocas, eram mais pobres que os bichos. A madrugada refrescava os *corpos queimados* pelos sóis sucessivos. [...] Na paisagem de *rios secos* e sobrevoos de *aves rapinantes*, andavam léguas até conseguir uma caneca d’água numa palhoça onde um jegue ou um bode era sinal de grandeza. E caminhavam no dia raso e torcido pelo sol. E cruzavam com ciganos que levavam cavalos roubados para vender nas feiras, *defuntos em redes, cantadores de excelências, vaqueiros* vestidos de couro. E paravam para dormir. (NCO)

8. Cabe, aqui, a observação encontrada em Lange (2010: 415): “Embora não se narre, em *A Pedra do Reino*, o rapto do protagonista quando criança, por ciganos, tal fato aparecerá nos folhetins publicados que compunham *As infâncias de Quaderna*, cujo intuito era de continuar a trilogia iniciada pelo romance em causa. Quaderna convive com ciganos até ser resgatado por João Melchiades que o reconhece e o reconduz à casa familiar.”

9. A personagem central dessa passagem é uma moça que viajava com sua família, fugindo da seca, com esperança de todos encontrarem melhores condições de vida na cidade, mas que acabou prostituída.

Eis, pois, os ciganos apenas como companheiros de estrada dos cantadores de excelências, dos vaqueiros e dos defuntos em rede, companheiros de cenário de cobras e preás, de corujas solitárias e aves rapinantes, de xiquexiques, mandacarus e rios secos, portanto excluídos de uma avaliação atitudinal. Ora, por aí não há como não entender a alusão à atividade de roubo de cavalos como absolutamente denotativa, por isso mesmo fortemente confiável, como pura descrição não avaliativa. E a pergunta é esta: Onde encontrar o politicamente incorreto no fato de o leitor de hoje, como o de sempre, pactuar cognitivamente com o autor tais referências sócio-históricas, situacionais e comportamentais?

2º) Mas, até este ponto, em relação à questão levantada na primeira epígrafe (a questão atinente ao episódio que envolveu os ciganos), só falei em interlocução por leitura. Para nossa avaliação temos de ir, agora, à interlocução oral, especialmente à mais representativa delas, a conversação.

Falando em conversa configuremos, então, uma situação bem diferente, exatamente porque cria uma diferente coordenação cognitiva entre os parceiros de intercuro linguístico. Como não tenho registro gravado de conversação oral espontânea que exemplifique o caso, inicialmente vou apenas convidar a uma suposição. Suponhamos: (i) que esse mesmo leitor das peças literárias aqui invocadas esteja em uma esquina qualquer; (ii) que aí encontre dois homens em violenta altercação; (iii) que ouça um deles usar o rótulo **Cigano!** para lançar ofensa ao outro, a propósito, por exemplo, de uma “treta”, de uma “tramoia”, de uma “zarandalha” – um malfeito qualquer que esse outro tenha praticado. E, então, a pergunta é esta: Será que a interpretação do uso do termo (com as mesmas formas e as mesmas acepções que o leitor colheu nos nossos três autores, entretanto lançado, agora, de um interlocutor a outro como atribuição direta) mereceria do observador a mesma avaliação de uso que propus para o uso de Guimarães Rosa ou o de Suassuna, ou o Ledo Ivo? Ou o locutor ofensor estaria sendo, sim, politicamente incorreto, preconceituoso, violento, ao lançar o rótulo de **cigano**, como grave pecha de caráter, a uma pessoa que cometeu delito?

Guardadas as proporções – relativas à grande diferença do gênero discursivo e da natureza do evento interlocutivo – um caso semelhante é o desta alteração (agora relatada) entre duas personagens do conto “Daniel Webster e o diabo”, do livro *Maravilhas do conto norte-americano*:

— E agora, posso ir? – perguntou Scratch, muito humilde, enquanto Daniel (Webster) verificava se o documento estava em forma correta e legal¹⁰.

— Ir? – perguntou Daniel sacudindo-o outra vez. Ainda estou a pensar no que farei com você. Você liquidou as custas do processo, mas ainda não liquidou os meus honorários.

[Scratch faz cópias a Daniel, que, afinal, o deixa partir.]

O desconhecido mostrou-se extraordinariamente grato e, só para significar sua amizade, disse que iria ler a mão de Daniel antes de partir. Daniel concordou, embora comumente não ligasse muita importância a quiromantes.

[Scratch acerta a leitura quanto a fatos notáveis, mas todos referentes ao passado. Perguntado sobre o futuro de Daniel, ele prevê fatos terríveis.]

Olhou então para Scratch e os olhares de ambos se encontraram.

— Uma pergunta – falou Daniel. Durante toda a minha vida tenho lutado pela União; verei o esmagamento daqueles que a desejam despedaçada?

— Durante a sua vida, não – respondeu o desconhecido, sombrio. Eles, porém, serão vencidos. E depois da sua morte, milhares de homens lutarão pela causa que o senhor defendeu, levados pelo eco das suas palavras.

— Então, seu *chifrudo*, seu *tinioso*, seu *cara de tição*, seu **cigano velhaco** – disse Daniel Webster com uma estrondosa gargalhada – puxe já daqui para os quintos, antes que eu lhe ponha a minha marca! pelas treze primeiras colônias, sou capaz de ir até para as profundezas do Inferno, a fim de salvar a União!

E dizendo isto, atirou ao sr. Scratch um pontapé que seria capaz de derrubar um cavalo. [...] Dizem que o diabo quando anda por perto de Marsfield guarda de lá sempre uma distância prudente. (MNA)

10. Scratch é, na verdade, o demônio, porque se trata da história de um poderoso advogado Daniel Webster (ferrenho defensor da União americana, “o homem mais temido do país”), que tinha vendido a alma ao diabo. Vencido o prazo pactuado, Scratch tinha vindo para cobrar o cumprimento do contrato. Nesse momento da narrativa, Daniel acabava de convencer o júri convocado por Scratch para julgamento da pendência, e encontrava-se, pois, na condição de vencedor da contenda.

O que ocorre é que, numa alteração, cria-se uma relação intersubjetiva de natureza particular, que é – simplificadamente – a de acerto de contas.¹¹ Mais do que aumentar distância social – como o faz, em geral a chamada “polidez negativa” (Brown; Levinson 1987: 129) – essa relação pode instituir assimetria a cada turno: quem tem a palavra assume que tem o poder, e institui como legitimamente ameaçador o seu ato de fala. Como teremos oportunidade de examinar na subseção seguinte, isso interfere na questão ligada ao uso de formas de tratamento protocolares, nas disputas verbais.

Um terceiro tipo de emissão em discurso direto vê-se no trecho seguinte, de uma revista semanal amplamente divulgada, a qual, noticiando criticamente a violência contra imigrantes em países da Europa, especialmente na Alemanha, traz a citação da fala de um cidadão alemão fortemente e explicitamente intolerante em relação aos ciganos (bem como aos negros):

As estatísticas de violência contra imigrantes na Holanda são insignificantes se comparadas às da Alemanha, a campeã de violência xenófoba. Com o registro de 3.365 agressões a estrangeiros apenas no primeiro trimestre deste ano, o número de atentados racistas em território alemão dobrou em relação ao mesmo período de 1992. Foi nesse ambiente de intolerância que, também na semana passada, se denunciou a espantosa cumplicidade dos moradores de uma cidadezinha da ex-Alemanha Oriental, Dolgenbrodt, com os jovens que atearam fogo a um albergue que abrigava uma centena de estrangeiros que entraram no país reivindicando asilo político. [...] Os cidadãos de Dolgenbrodt negam o envolvimento com o crime, mas não lamentam a destruição do abrigo. “Vocês já imaginaram oitenta **ciganos** e negros roubando nossas casas?”, perguntou um morador. (VEJ)

Já não se trata de uma alteração direta, de tal modo que a relação intersubjetiva que comanda as impressões e as expressões não incorpora um acerto de contas direto. A relação não se institui entre os dois sujeitos em entretvero, mas se institui entre um falante e o objeto da apreciação desabonadora (no caso, os ciganos e os negros), um objeto

11. Eu poderia falar, aqui, novamente, da relação entre o ficcionista e o leitor, como falei no caso de nossos romancistas já citados. Mas a relação que interessa, neste momento, é a que se estabelece entre as duas personagens (discurso direto, em alteração).

de discurso que, no momento, é apenas referido (é uma terceira pessoa do discurso). Mais funda e pesada é, aí, a marca de intolerância, porque, embora a manifestação venha, ainda, no calor de uma situação de conflito e em tom – ou com marca – de desabafo, ela já não é peça de embate de faces. Na própria construção linguística há a observar que a referência preconceituosa vem como foco de uma interrogação a indivíduos de fora da relação intersubjetiva que comanda a apreciação¹². É, portanto, um ato linguístico da natureza de uma interpelação, uma verdadeira apóstrofe que convida à consideração de uma culpabilidade desses indivíduos: o que a construção linguística provê é, pois, uma solicitação – retórica que seja – de julgamento (por terceiros), o que dilui o tom de apreciação individual, e afasta do falante a própria autoria da apreciação, capitalizando, por aí, marcas ainda mais fortes de legitimidade para o julgamento negativo. É o que se pode considerar uma intolerância completa!

3º) Configuremos mais outra situação discursiva em que a atribuição do rótulo **cigano** como desabonador configura atitude preconceituosa, e, portanto, candidata ao título de “politicamente incorreta”: a do noticiário de imprensa que, na simples apresentação de um determinado fato ou ato considerado negativo, errado, inconveniente, criticável, tacha-o como “de **cigano**”. Veja-se esta ocorrência:

Gerir a dívida pública de forma mais eficiente é hoje o grande desafio. É aí, na dívida pública rolada a juros de **cigano**, que está hoje a causa maior da inflação brasileira. (VEJ)

Mais ainda do que no caso anterior, aqui o julgamento negativo é de intolerância e preconceito, porque se trata de uma apreciação feita na serenidade da redação de uma notícia comentada, em que o autor – em razão de seu próprio estatuto, o estatuto de “jornalista” – se situa em uma posição de absoluto alheamento em relação a qualquer coparticipação direta nos atos ou nos fatos em questão: nada há de envolvimento ou de conflito, portanto trata-se de situação absolutamente diferente quanto ao partilhamento cognitivo dos envolvidos no ato linguístico.

12. Trata-se de um pergunta a terceiros, a espectadores e testemunhas.

2.2. *A forma de inserção dos enunciatários no enunciado, na configuração da intersubjetividade. O (in)corretamente político.*

Passemos ao foco de nossa segunda epígrafe, em que inverto a relação entre o político e o linguístico. Voltemos aos **vossas excelências** e correlatos. Passemos pois, a essa questão da fala “nobre”, sempre com a lembrança de que – mais uma vez recorrendo ao nosso imaginário – a polidez é o ingrediente de base no caldeirão sociointeracional.

Já se foi o tempo dos barões (ou dos varões) assinalados, em que se produziam peças do tipo que agora vem comentado, um tipo que tem seu finca-pé num poder estribado em todo um conjunto de solenidade no tratamento.

Este trecho é de uma peça do Brasil do século XVIII¹³:

Carta para o **excelentíssimo Senhor** Conde de Assumar. **Excelentíssimo** Senhor. **Meu Senhor**. [...] Fico também esperando resposta de **Vossa Excelência** e que me dê muitas ocasiões de o servir a que não faltarei! com aquela vontade que devo. Deus guarde-a **Vossa Excelência** muitos anos. Bahia e abril, 16 de 1719. O Conde do Vimieiro. (DH)

E o trecho seguinte é de uma peça literária do Brasil do final do século XIX¹⁴, na qual se observa um real valor de formalidade, polidez – verdadeira cortesia – do pronome de tratamento **vossa excelência**:

O secretário viu-a no dia da chegada e admirou-a intimamente [...]. Ria, e o seu riso tinha um tique muito delicado, muito nobre, muito fino, de *cavalheiro gentil, que se aprimora numa cortesia de salão*. E, era a todo o instante – “**vossa excelência**”, a todo o instante uma frase elogiosa e comedida [...]. (TE)

Lá se foi a nossa “nobreza”. Entretanto, não nos esqueçamos de que ainda é corrente, embora gasto, o interessante (até intrigante) tratamento

13. Trata-se de uma carta que faz parte da Correspondência dos Governadores Gerais, publicada como *Documentos históricos* (Anais 1941).

14. Trata-se da última obra de Adolfo Caminha, declínio do Naturalismo.

de “nobre deputado”, e que, portanto, nossos representantes estão lá imbuídos, sim, de certa nobreza assumida. Com isso ainda convivemos. Na contramão, porém, nem sempre fica implicada a linguagem polidamente e politicamente adequada que seria a natural correspondente nesse universo: parece que apenas a sensação de poder alimenta esse verdadeiro reino da fantasia que explica tamanha falta de consciência dos deslizes de civilidade que sucessivamente se cometem (de que foi exemplo nossa segunda epígrafe).

Para este caso, vamos falar de discursos parlamentares (reproduzidos ou referidos em notícias de jornal), exatamente por tratar-se de um gênero de discurso – em princípio – altamente regrado, característica representada acima de tudo por esse tratamento recíproco de **Vossa Excelência**, que é a forma que aqui está sendo invocada (embora não seja a única usada). A primeira observação acerca desse descompasso que aqui quero comentar refere-se ao fato de que, acoplado a esse tratamento formalmente regrado, seria de esperar também um vocabulário regradamente cerimonioso e respeitoso, desde que, sabidamente,

o vocabulário de um determinado tipo de discurso representa a ideologia de um grupo social particular, ou seja, a formalidade resulta no uso de um vocabulário altamente formal, ao invés de escolhas menos formais, *na expressão de polidez e no respeito por status e posição*.¹⁵ (Lange 2010: 14).

Ou, ainda – e recorrendo à mesma obra (Lange 2010), que invoca os vários tipos de poder ideológico de Fairclough (1989) –, lembre-se que “o discurso social é sustentado, entre outros, por um poder oculto, que está por trás da configuração linguística”¹⁶. A partir daí, é lícito dizer, para os dois trechos do jornal Folha de S. Paulo (com o tratamento **vossa excelência**) que ofereci, e também para a segunda epígrafe, o seguinte:

15. Tradução minha. Original “The vocabulary of a certain discourse type may represent the ideology of a particular social grouping, e.g. formality results in the use of highly formal vocabulary instead of less formal choices, the expression of politeness and the respect for status and position.” (Lange 2010: 14)

16. Diz a obra: “the entire social discourse is held as hidden power”. (Lange 2010: 38)

(i) há um descompasso entre a “adequação” do modo de tratamento parlamentar e a outra face da codificação linguística adotada no mesmo enunciado, especificamente quanto às escolhas lexicais, que definem avaliações desabonadoras e até grosseiras;

(ii) esse descompasso cria o que seria uma “incorreção” da formulação, uma inadequação de “registro” (Halliday; Mathiessen 2004: 27-28), que, no fundo, é a essência da definição das relações desejadas e projetadas pelo enunciador em relação a seu parceiro de interlocução; e a grosseria está em que é exatamente aí que ele quer chegar.

Quanto à intersubjetividade subjacente a essa criação, fica evidente, nos nossos exemplos, uma coordenação cognitiva (marcada por antagonismo) entre os dois conceptualizadores, com relação ao objeto da conceptualização em questão. Na nossa epígrafe (trecho de uma notícia do jornal Diário do Nordeste), a catalogação do discurso do outro como “purgante” (por Ari Pitombo), e, na volta, a catalogação do discurso do outro como “efeito do purgante” (por Carlos Lacerda) codificam de um modo adequado (no conteúdo, não na conjunção social) a comunhão de mentes (lembramos que elas são antagônicas!) dos dois desafetos políticos. O mesmo ocorre na apreciação das outras duas citações da Folha de São Paulo que fiz: (i) tanto em relação ao “cara de pau” que (em março de 1995) o deputado Jair Bolsonaro (PPR-RJ) lançou ao ministro Bresser Pereira, que, ao tentar explicar o reajuste salarial proposto para funcionários com gratificação, afirmara que o aumento era “apenas aparente”; (ii) como em relação ao cala-boca que (em outubro de 1996) a deputada estadual do RN Fátima Bezerra (PT) pespegou no também deputado estadual Elias Fernandes (PSDB) em uma discussão relacionada com o pedido de licença do governador Garibaldi Filho, justamente para apoiar um concorrente de Fátima.

Merece menção o fato de que, em certos casos, a incompatibilidade das escolhas (tratamento altamente “respeitoso” *versus* imputações desabonadoras e termos grosseiros) é assumida pelo orador político, que – por exemplo – chega a “baixar” o grau de reverência, chega a abrir mão da praxe, para obter maior adequação psicológica (compatibilidade de apreciação ou de desapreciação) entre a forma de tratamento e o tom geral do discurso. É bem ilustrativo o trecho seguinte, em que, no final, descartando o **vossa excelência** (substituindo-o por **senhor vereador**), o falante escapa brilhantemente do “incorretamente polido”:

Manuel Blasquez foi um vereador aqui no Rio, faz tempo. [...] Certa vez estava na tribuna quando o Raymundo Magalhães Jr., também vereador, aparteou-o: “**Vossa excelência** é um taylorista!” Manuel Blasquez embatucou. Aquilo merecia resposta. Mas qual? [...] Saiu-se com essa: “**Excelentíssimo** confrade. **Vossa Excelência** me chama de taylorista. As vicissitudes de minha vida não me permitiram ter a cultura que é um dos apanágios de sua personalidade. **Vossa excelência** é hoje um luminar da cultura nacional, eis que, por méritos muitos e próprios chegou a ingressar na Academia Brasileira de Letras – galardão que o honra e honra seus obscuros colegas. De maneira que respondo à altura, com duas hipóteses. Se taylorista é um elogio, afianço-lhe que taylorista, mais e melhor, é **vossa excelência**. Todos o admiramos como *o mais notável taylorista* desta casa, talvez de alhures. Agora, se taylorista é uma ofensa, saiba, **senhor vereador**, que taylorista é *a mãe de vossa excelência!* (FSP, 1995)

E, nessa linha, mais explícita, ainda, é esta ocorrência, agora com personagens bem atuais:

A discussão de ontem aconteceu entre os senadores paranaenses Roberto Requião (PMDB) e Luis Alberto Oliveira (PTB). Requião ameaçou agredir Oliveira na sessão da comissão de Assuntos Econômicos. “Não é só o Antônio Carlos que sabe ser duro. Se **Vossa Excelência** não parar de falar, vou **te** calar à força”, gritou. (FSP, 1996)

Sem comentários... E, seguramente, ocorrências notáveis, na sua adequação, e na prova da intersubjetivização!

3. E onde se situam, nessa questão os enunciados de metalinguagem? O “discurso” dos dicionários

Pensemos, agora, em um terceiro nível, completamente diferente, de produção linguística. É a esse ponto, justamente, que será interessante chegar.

Falo de um nível em que já não se observam, propriamente, “comportamentos”, mas em que se fazem registros linguísticos existentes “sobre comportamentos”, exatamente para falar deles: pensemos, em particular, nos dicionários, obras que, por natureza, necessariamente

darão conta das acepções com que se usa, por exemplo, o termo **cigano** (o mesmo que farão com qualquer outro verbete). Deles se espera, substancialmente, que ofereçam tantas definições lexicográficas (e / ou reduções sinonímicas) quantas forem as acepções correntes (e não apenas as da época atual, a não ser que a contemporaneidade seja a especificidade do dicionário).

E, afinal, lembrando que a questão dos ciganos se acendeu ultimamente por via de uma apresentação encontrada em dicionário da língua, passemos a configurar o que representam, em termos de acionamento da língua (materna), os enunciados encontrados nesse tipo de obra, a saber, as definições lexicográficas e as reduções sinonímicas das entradas.

Para configurar o que representam, em termos de acionamento de uso linguístico, os enunciados encontrados num dicionário geral de língua, é necessário que já se tenha assentado o que segue, que é o que faz a diferença. Não há entre o autor de um dicionário e o consulente um mínimo de fundo comum que se construa em termos de intersubjetividade, porque se trata de uma situação de uso linguístico instituída episodicamente no momento da consulta à obra. O consulente não busca produzir uma “interpretação” por via daquela sua “leitura”; pelo contrário, ele já busca receber uma “lição” de interpretação assentada, mesmo porque não há como supor que um consulente e um dicionarista interajam linguisticamente: a consulta é uma relação linguística de sentido único, em que não se dá nenhum engajamento de sujeitos conceptualizadores com respeito a um objeto conceptualizado.

Fica excluída qualquer chance de uma relação interlocutiva entre o autor das definições lexicográficas e o leitor, simples “consulente”, não interveniente, não atuante na construção interpretativa, não interlocutor, afinal. Também não se prevê o mínimo de compartilhamento prévio de conhecimento entre eles, não há modelos mútuos de observação de algum objeto de conceptualização que ensejem a configuração de um fundo comum. Por aí fica anulada qualquer possibilidade de entrar em questão aquilo que se tem querido catalogar como “politicamente (in)correto”.

Trata-se, exatamente, do extremo oposto a um caso como o de xingamento (o “politicamente incorreto”), ou como o de ofensas graves

inseridas no tratamento altamente cerimonioso (o “incorretamente polido”), os quais foram desenvolvidos, aqui, nas duas subseções da seção 2.

Para concluir, quero lembrar de que modo, no caso do uso de um dicionário, estamos a quilômetros de distância de qualquer envolvimento do tipo deste que a passagem de narrativa jornalística a seguir – com a célebre personagem Jânio Quadros – configura:

Na TV, Jânio encontrou o jornalista Hélio Ansaldo, com quem estudou direito na USP. Motivado pela amizade antiga, Hélio foi informal:

— Como vai **Jânio**?

A resposta veio rápida:

— **Jânio**, não, **sr. Hélio**. Sou governador e exijo o respeitoso tratamento de **vossa excelência**.

Constrangido, Hélio Ansaldo pediu desculpas. Passado algum tempo, Jânio retornou à Record para uma nova entrevista, na condição de candidato a presidente. O encontro com Hélio Ansaldo se repetiu, e o jornalista disse:

— Como está, **excelência**?

Jânio respondeu:

— Para que tanta formalidade, **Hélio**? Somos amigos há tempo. Por favor, chame-me de **Jânio**. (FSP 1996)

Na consulta a dicionários, na verdade, o nome **Houaiss** (que é o nome do responsável pela obra) está longe de ter o tipo de força de condicionamento do tom interlocutivo que tem um **Jânio** ou um **Hélio Ansaldo**. *Houaiss* é um título que registra pura autoria, nada mais que um carimbo de legitimidade, em termos de informação dicionarística, com o pormenor, ainda, de que se trata de um dicionário da lexicografia ortodoxa: aquela que vai buscar o exemplo (“abonação”) só depois de estar escolhida a acepção a ser informada. Buscando uma “instrução” sobre as acepções de um termo, o que o consulente obtém nunca será produção de sentido em interação, passível, pois de avaliação sociopolítica. Assim, por exemplo, nunca nos imaginaríamos em coordenação cognitiva com o dicionarista Houaiss (ou sua equipe), a cada consulta a um verbete de seu dicionário. Ou seja, aí não há, propriamente, discurso.

Considerações finais

1. Quanto à primeira epígrafe – a questão que envolve os ciganos – o que vou dizer agora resume de certo modo o que defendi no artigo referido no início desta fala (Neves 2012). E é o que constitui a base das minhas incursões.

Não existe discurso – e, portanto, texto enunciado – ideologicamente neutro, porque pela linguagem se fazem sentir, a partir da visão do enunciador, as convicções e as crenças, e a partir da visão do enunciatário, a aceitação, a refutação ou, até, a desconsideração cabal do que foi enunciado – tudo na inter-relação cognitiva que subjaz a interação. Assim, a visão do “politicamente incorreto”, por exemplo, é fruto de todo um condicionamento de épocas, de mundos culturais e, especialmente, do lugar de inserção dos cidadãos. E cada cidadão-enunciador responde por isso, em suas escolhas de uso (não se podendo esquecer que o uso se faz de escolhas).

2. Quanto à segunda epígrafe – a questão que envolve aquelas **suas excelências** que elegemos pelo voto, os respeitáveis **senhores** das nossas casas legislativas –, cabe observar que a sociedade – fixada em apenas um viés de análise das inadequações sociopolíticas de determinadas atuações – não tem prestado atenção em verdadeiros descabros de uso linguístico, que levam a descabros de marcação sociopolítica. A solenidade de tratamento que emoldura as interlocuções em espaço tão marcadamente institucional, como o que foi ilustrado, quebra-se violentamente com a própria natureza das interlocuções. A moldura de uma polidez bem fora e bem acima do normal do uso no momento (pois já não estamos no tempo de ter **vossas excelências** como interlocutores) choca-se com o escancaramento de escolhas lexicais da maior sem-cerimônia e da maior grosseria que se possa suportar. E – repito – não falo simplesmente de “suportar”, no terreno da adequação social, falo, mesmo, de uma inadequação, de uma incorreção, no terreno da própria composição linguística.

3. Nessa falta de equacionamento regular e sereno do modo de atuação linguística, quanto à adequação sociopolítica dos enunciados reais, repousa o equivocado modo de compreensão do que representam para os usuários de uma língua os enunciados de seus dicionários.

Ora, não há a mínima chance de falar-se da relação entre um consultante e o dicionário no mesmo plano em que tratei os dois tipos de problemas de interlocução representados nas nossas duas epígrafes. A natureza dos enunciados do dicionário é, indiscutivelmente, outra: o que essa obra faz é uma metanálise de usos linguísticos, e numa direção de mão única, a do dicionarista para o usuário. Se um dicionário registra acepções que correspondem a usos porventura desabonadores a respeito de uma determinada classe de indivíduos – como no recente episódio de que aqui se tratou – isso não abre espaço e não cria cena para discussões que impliquem avaliação sociopolítica do teor da obra lexicográfica.

4. Para encerrar, resgato aquela premissa, que invoquei, de que a avaliação do comportamento de uns pelos outros – a avaliação intersubjetiva – é o que dirige as escolhas de condução discursiva e dirige todas as decisões de construção linguística, a serviço de tal condução. E os verbetes de um dicionário, na verdade, não têm nenhum ingrediente de uma condução discursiva...

A inversão de raciocínio sobre o que tem ocorrido na nossa sociedade é total. Na verdade, o que poderia e deveria provocar alguma ação social de desagravo por parte do conjunto de povoadores da cena política do país – nós, “cidadãos” – seria exatamente pôr atenção e pôr cobrança no sem-número de más-condutas sociopolíticas da linguagem, por exemplo, daqueles que colocamos na destacada situação em que estão, que são os que povoam meus exemplos ligados à segunda epígrafe. Lá os pusemos – legisladores que são – exatamente para que fossem produtores dos discursos que hão de instituir os caminhos do regramento de nossa vida em sociedade.

E a pergunta final é esta: A nossa sociedade está, de fato, no caminho legitimamente regrado do que constitua incorreção no engate entre o sociopolítico e o linguístico? Tomei como exemplo apenas um tipo de comportamento – muito mais há – , mas voltemos a ele, voltemos à nossa segunda epígrafe, ao nosso Ari Pitombo e ao nosso Carlos Lacerda na cena do “purgante”, para continuar na pergunta (ligada ao *politicamente (in)correto* e ao *incorretamente polido / e político*): existe algo mais aberrante, excrescente, incoerente e incorreto, tanto política como linguisticamente, do que fazer uma “comunhão de mentes” com

o parceiro de interlocução que o eleve a uma **excelência...** para depois atirá-lo à latrina?

Recebido em setembro de 2013

Aprovado em novembro de 2013

E-mail: mhmneves@uol.com.br

Referências bibliográficas

- ANAIAS DA BIBLIOTECA NACIONAL. 1941. *Catálogo de documentos sobre a Bahia existentes na Biblioteca Nacional*. V. 53. Provisões (1717-1718) e Portarias (1711-1715).
- BROWN, Penelope & Stephen Levinson. *Politeness*. 1987. Cambridge: Cambridge University Press.
- CARRASCOSSI, Cibele Naidhig de Souza. 2011. *Gramaticalização e (inter) subjetivização na modalização em português: um estudo de pode ser*. Araraquara. Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”.
- FAIRCLOUGH, Norman. 1989. *Language and power*. London: Longman.
- _____. 2003. *Analysing discourse*. Routledge: Taylor & Francis Group. London and New York.
- FIORIN, José Luiz. 1996. *As astúcias da enunciação*. São Paulo: Ática.
- HALLIDAY, Michael Alexander Kirkwood; Christian Mathiessen. 2004. *An introduction to Functional Grammar*. London: Hodder Arnold.
- GIVÓN, Talmy. 1984. *Syntax*. A functional-typological introduction. Amsterdam / Filadélfia: John Benjamins.
- LANGACKER, Ronald Wayne. 1987. *Foundations of Cognitive Grammar: Theoretical Prerequisites*. Standford, CA: Stanford University Press.
- LANGE, Ilze. 2010. *The role of critical discourse analysis in the translation of political texts*. Master’s Thesis. Aarhus School of Business, Aarhus University Department of Language and Business Communication.
- NEVES 2012. A incorreção política do policiamento da metalinguagem. A propósito do cultivo irracional do “politicamente correto” em linguagem. In: *Revista Todas as Letras*, v. 14 (2): 198-207. Disponível em: <http://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/tl/article/view/4698/3769>.
- VERHAGEN, André. 2005. *Constructions of intersubjectivity: discourse, syntax and cognition*. New York: Oxford University Press.

Obras Consultadas (Córpus de Araraquara)

- ABC** Amado, Jorge. 1958. *ABC de Castro Alves*. 7. ed. São Paulo: Livraria Martins Editora.
- ACM** Pessoti, Isaías. 1994. *Aqueles cães malditos de Arquelau*. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. 34.
- B** Braga, Rubem. 1955. *A borboleta amarela*. Rio de Janeiro: Record.
- DH** *Documentos Históricos*. Textos do século XVIII. 1946. Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional.
- DIN** *Diário do Nordeste*. Fortaleza, Ceará, 12 de setembro de 2000.
- ENT** Taunay, Visconde de. 1901. *Ao entardecer*: contos vários. Rio de Janeiro: Garnier.
- FSP** *Jornal Folha de S. Paulo*. São Paulo, 1995-1996 (CD-ROM)
- JGA** Araújo, José Guilherme de. 1967. *Meu Céu Interior*. Rio de Janeiro: Vecchi.
- LC** Lopes, Edward. 1983. *Lobos e cordeiros*. São Paulo: Moderna.
- MNA** Riedel, Diaulas; John C.W.Smith (org.s). 1958. *Maravilhas do conto norte- americano*. 3 ed. São Paulo: Cultrix.
- NCO** Ivo, Ledo. 1980. *Ninho de cobras*. Uma história mal contada. (A escalada do terror na noite de uma ditadura). 2. ed. Rio de Janeiro: Record.
- OSD** Dantas, Francisco. 1993. *Os desvalidos*. São Paulo: Companhia das Letras.
- PE** Rosa, João Guimarães. 1972. *Primeiras Estórias*. 6 ed. Rio de Janeiro: Editora José Olympio.
- PR** Suassuna, Ariano. 1967. *A Pedra do Reino*. 3.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- SA** Rosa, J. G. 1951. *Sagarana*. Rio de Janeiro: José Olympio.
- TE** Caminha, Adolfo. 1979. *Tentação*. No país dos ianques. Rio de Janeiro: José Olympio.
- VEJ** Revista *Veja*. São Paulo, 1993. Nº 8 e nº 35.